

S.Bernardo debate Tarifa Zero e S.Caetano, pioneira na iniciativa, quer restringir

George Garcia



Tarifa Zero foi implantada em São Caetano em 2023. (Foto: Gabriela Gonçalves/PMSCS)

Está marcada para a próxima quinta-feira (26/02) uma audiência pública na Câmara de São Bernardo para debater o transporte público e a Tarifa Zero, um debate com especialistas e que deve atrair também movimentos estudantil e sociais. Ao mesmo tempo São Caetano, cidade pioneira no ABC ao estabelecer a Tarifa Zero em 2023, agora discute uma nova etapa desse programa, restringindo-o somente aos moradores da cidade, por uma questão econômica.

A audiência pública foi organizada pela vereadora Ana Nice (PT), que diz que a intenção é ampliar o debate para toda a região. “Esse é o momento de ampliar esse debate com a população com os técnicos que virão. A expectativa é a de que a gente possa avançar nas propostas, considerando que esse não é um assunto a ser tratado de forma isolada; temos que estimular esse debate regional”.

Segundo a parlamentar o debate pode trazer informações importantes e abrir caminho para estudos de viabilidade da Tarifa Zero em São Bernardo e outras

idades da região. “O acesso universal do transporte público está previsto na Constituição de 88 e é um direito social. Dessa forma o trabalhador da periferia teria mais condições de acessar os equipamentos de cultura e lazer com a sua família. Mais que só uma questão econômica esse debate é macro e até antirracista pois ajudaria a população pobre e preta da periferia a acessar os equipamentos de saúde, cultura e educação”, completa a petista.

A audiência pública vai acontecer na Câmara de São Bernardo, às 18h30. Do encontro participam: o especialista em financiamento da tarifa zero Giancarlo Gama e Thiago Von Zeidler, mestre e doutorando em Planejamento e Gestão do Território pela UFABC (Universidade Federal do ABC).

Enquanto São Bernardo debate a implantação da Tarifa Zero, em São Caetano a Câmara deve receber em breve projeto de lei do prefeito Tite Campanella (PL) para alterar a legislação sobre a catraca livre na cidade. O liberal fez o anúncio em dezembro e segundo o líder do governo, César Oliva (PSD), até abril a proposta do Executivo deve chegar para apreciação dos vereadores.

O líder fez a defesa da intenção do governo mesmo a Câmara ainda não tendo debatido esse tema. “Reitero o já anunciado de que, indiscutivelmente a qualidade do transporte público caiu com o tempo após a implementação do tarifa zero e que o modelo se mostrou ineficiente no decorrer dos anos. Estamos em defesa dos direitos dos cidadãos de São Caetano que, majoritariamente, apontam para o modelo de tarifa zero apenas para moradores”, destaca.

Oliva diz que estudos e detalhes sobre a situação serão conhecidos e debatidos quando o projeto chegar na Casa. Ele não considera que o ajuste ao programa Tarifa Zero, possa ser considerado um retrocesso. “Quanto aos estudos e maiores detalhes precisamos aguardar o projeto final do poder Executivo. Quanto a questão de suposto retrocesso, eu penso que o verdadeiro retrocesso é vivermos de aparência mantendo o nome bonito de um programa que, na prática, é ruim para praticamente todos os usuários da cidade”, completa.

Especialista considera que questão não é econômica, mas política

Para Thiago Von Zeidler, urbanista, doutorando em Planejamento e Gestão do Território pela UFABC (Universidade Federal do ABC) e que deve apresentar sua tese este nos próximos meses justamente sobre a Tarifa Zero, o programa traz avanços sociais importantes, muda a ótica do financiamento do transporte público, mas a restrição que se pretende fazer em São Caetano vai prejudicar o caráter de universalização do serviço.

“Não é uma questão econômica, é política. É uma falácia dizer que a cidade está pagando para quem não é da cidade. A maior fatia de arrecadação da prefeitura não é o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) é o ISS (Imposto Sobre Serviços), ou seja a riqueza vem do trabalhador que nem sempre é da cidade. Essas pessoas também consomem em São Caetano, então dizer que o custo da tarifa zero é um custo para o cidadão é uma mentira”, destaca Zeidler.

Segundo o urbanista a prefeitura de São Caetano teria cortado recursos o que poderia explicar a queda da qualidade do serviço. “O programa tinha um orçamento de R\$ 50 milhões quando foi lançado, hoje segundo a última LOA (Lei Orçamentária Anual) de São Caetano, a verba é de R\$ 35 milhões, a conta não fecha e é lógico que a qualidade vai cair. Houve corte de linhas que faziam a periferia da cidade nas divisas com São Paulo e Santo André”, disse o urbanista que tem estudado a questão da Tarifa Zero em São Caetano e em outras cidades.

Zeidler atuou na implantação da Tarifa Zero em municípios como Várzea Grande Paulista, Cerquilha, Guararema, Ibitinga, Taboão da Serra e Cantagalo. Ele estudou também outros casos como São Caetano e Maricá (RJ). Só no Estado de São Paulo são mais de 40 cidades que já não cobram passagens de ônibus. “Começou primeiro em cidades menores porque lá o sistema colapsou primeiro, nas cidades maiores, como no ABC, o sistema é bancado por pagamento de tarifa e tem mais gente, mas é questão de tempo. Debater a Tarifa Zero é também uma oportunidade de fazer a atualização dos contratos com as empresas. Hoje se paga por passageiro, poderia pagar por disponibilidade de veículos. As prefeituras fazem concessões para empresas de transporte, poderiam fazer de outra forma, alugando uma frota de ônibus o que poderia sair mais barato. Há outros modelos também; em Maricá, por exemplo, tudo é público”, completa o urbanista.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3782554/s-bernardo-debate-tarifa-zero-e-s-caetano-pioneira-na-iniciativa-quer-restringir/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário

Seção: Cidades